

PT e PMDB preferem ^{congresso} marcar dia e hora para ouvir ministro

24 FEVEREIRO 1983

Brasília — A Oposição não quer ouvir Ministros de Estado que compareçam à Câmara espontaneamente. O PMDB e o PT, pelo menos, preferem marcar o dia e a hora que acharem conveniente debater com eles os assuntos de suas áreas de atuação. Se não for assim, correm o risco de ter como interlocutores e assistentes apenas representantes do PDS.

Quem declarou que o PMDB não quer ministros "oferecidos" na Câmara foi o líder do partido, Deputado Freitas Nobre. E quem está defendendo a tese, com o apoio de Freitas, de que os deputados oposicionistas devem abandonar o plenário se os ministros vierem por vontade própria e o líder do PT, Deputado Airton Soares. Em princípio, foi essa a estratégia que os dois definiram, ontem à tarde, durante encontro na sala de liderança do PT.

Entendimento

Por sua vez, o líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan, embora seu Partido seja agora minoritário — 235 deputados quando a maioria é 240 — continua acreditando na possibilidade de entendimento com os líderes oposicionistas. Em primeiro lugar, porque a posição definitiva do PMDB, PT, PDT e PTB dependerá ainda de deliberação das bancadas nas reu-

nções que estão programadas para o decorrer da próxima semana. Em segundo lugar, porque está certo de que a nova realidade política do país tende a estimular o diálogo entre Governo e Oposição.

Mas Marchezan deu a entender ontem que dispõe de meios para trazer os ministros ao plenário da Câmara, a pedido deles, e não por convocação. O líder do PDS, ao comentar a proposta da Oposição, observou: "Tenho certeza de que os deputados oposicionistas não se recusarão a ouvir os ministros quando eles estiverem em plenário".

Pelo regimento, a convocação de ministro de Estado, resolvida pela Câmara, poderá ser atropelada por um pedido deles. E como é o pedetista Flávio Marçilio quem preside a Casa, ele pode perfeitamente dar preferência ao comparecimento espontâneo dos ministros, o que não quer dizer que eles ficarão obrigados a, posteriormente, atender a decisão do plenário. Essa hipótese estaria no quadro de confronto e não de negociação.

Participação

O líder do PDS argumenta que o fato de um ministro ir ao plenário por vontade própria permite que maior número de deputados participe do debate. Nesse caso, o ministro usará da palavra por uma hora durante o grande expediente, po-

dendo esse prazo ser prorrogado por mais meia hora, por deliberação dos deputados presentes, não sendo permitidos apartes na primeira hora, salvo consentimento do ministro.

Finda a exposição do ministro, o presidente da Câmara concederá a palavra aos deputados para, no prazo de três minutos, cada um formular suas interpelações, dando o ministro, para a resposta, do dobro do tempo. Há uma restrição: o ministro só poderá ser apontado ou interpelado sobre assunto abordado em sua exposição. Pelo cálculo de Marchezan, 20 deputados poderiam fazer perguntas e obter respostas imediatas.

Se convocado, o ministro falará 30 minutos, prorrogáveis por mais 30 (nessa prorrogação de 30 minutos os deputados podem fazer perguntas de três minutos), até o máximo de três por partido. Encerrada a prorrogação, o autor do requerimento terá 15 minutos para interpellar e o ministro disporá de 15 para responder. Depois, então, os deputados inscritos farão perguntas durante 10 minutos, tempo que também terá o ministro para prestar os esclarecimentos pedidos.

Haja ou não entendimento, o primeiro ministro a comparecer ao plenário será o do Interior, Mário Andreazza, os seguintes poderão ser Ernane Galvões, da Fazenda, e Delfim Neto, do Planejamento.